



CONTA SERVIÇOS MÍNIMOS BANCÁRIOS - EXTRATO

Referência : 400038_EUR_20181001_001

Designação	Conta Serviços Mínimos Bancários - Extrato
Condições de Acesso	<p>Clientes particulares.</p> <p>Não ser titular de contas de depósito à ordem junto de uma instituição de crédito estabelecida em território nacional ou ser titular de uma única conta de depósito à ordem a converter em conta de serviços mínimos bancários.</p> <p>Sem prejuízo desta condição de acesso, a pessoa singular que seja titular de outra conta de depósito pode aceder aos serviços mínimos bancários desde que um dos titulares da conta de serviços mínimos bancários seja uma pessoa singular com mais de 65 anos ou dependente de terceiros. Considera-se dependente de terceiros o cliente que apresente um grau de invalidez permanente, devidamente comprovado pela entidade competente, igual ou superior a 60%.</p> <p>Em caso de contitularidade de conta de serviços mínimos bancários com uma pessoa singular com mais de 65 anos ou dependente de terceiros, a pessoa singular com menos de 65 anos ou que não seja dependente pode continuar a aceder individualmente à conta de serviços mínimos bancários.</p> <p>No caso da pessoa singular ser já titular de conta de depósito à ordem na Caixa e pretender aderir aos serviços mínimos bancários, a adesão será operada através da conversão direta dessa conta em conta de serviços mínimos bancários. Se essa conversão direta não for possível por motivos técnicos, o cliente deverá declarar que foi notificado pela Caixa de que essa conta de depósitos à ordem irá ser encerrada para permitir a abertura da conta de Serviços Mínimos Bancários.</p> <p>No caso da abertura de conta de Serviços Mínimos Bancários ser solicitada por um cliente anteriormente titular de conta de depósito à ordem noutra instituição de crédito, o cliente deverá obrigatoriamente declarar que essa conta foi encerrada.</p>
Modalidade	Depósito à ordem
Meios de Movimentação	<p>Cartão de débito SMB, movimentação da conta através de caixas automáticos na União Europeia, do serviço Caixadirecta online e em Agências da Caixa.</p> <p>Realização das seguintes operações bancárias: depósitos, levantamentos, pagamentos de bens e serviços, débitos diretos e transferências*</p> <p>*Inclui ordens permanentes no interior da União Europeia. Encontram-se aqui englobadas as transferências a crédito intrabancárias, as transferências efetuadas através de caixas automáticos e vinte e quatro transferências a crédito SEPA + e/ou ordens permanentes SEPA +, por cada ano civil, efetuadas através do serviço de homebanking.</p>
Moeda	Euro
Montantes	Não aplicável.
Taxa de Remuneração	Não aplicável.
Cálculo de Juros	Não aplicável.
Pagamento de Juros	Não aplicável.
Regime Fiscal	Não aplicável.
Comissões e Despesas	<p>Comissão SMB - Gratuito</p> <p>Não será cobrada qualquer comissão pela prestação dos Serviços Mínimos Bancários abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, na versão conferida pelas alterações legislativas que lhe sucederam, no que diz respeito a:</p> <ul style="list-style-type: none">- prestação de serviços relativos à constituição, manutenção, gestão, titularidade, e encerramento da conta de depósito à ordem;- disponibilização de um cartão de débito (Cartão Caixaautomática SMB);- prestação do serviço de homebanking da Caixa (Serviço Caixadirecta);- movimentação da conta através de caixas automáticos no interior da União Europeia e agências da Caixa;- operações de depósito e levantamento de numerário, pagamentos de bens e serviços, débitos diretos e transferências, incluindo ordens de permanentes, no interior da União Europeia. Encontram-se aqui englobadas as transferências a crédito intrabancárias, as transferências efetuadas através de caixas automáticos e vinte e quatro transferências a crédito SEPA + e/ou ordens permanentes SEPA +, por cada ano civil, efetuadas através de homebanking.
Facilidades de Descoberto	Não aplicável.

**FICHA DE INFORMAÇÃO NORMALIZADA**

Ultrapassagem de Crédito	Não permite realizar operações que tenham como consequência ultrapassagens de crédito, exceto as que são realizadas com cartões de débito.
Outras Condições	<p>1) Conta com suporte extrato.</p> <p>2) Condições de manutenção:</p> <p>a) A inexistência de outra conta de depósito à ordem numa instituição de crédito em Portugal que lhe permite utilizar os serviços enumerados na alínea a) do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 27-C/2000, na redação que lhe foi conferida pelas sucessivas alterações legislativas verificadas, salvo nos casos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 4.º B desse diploma legal. Considera-se dependente de terceiros aquele que apresente um grau de invalidez permanente, devidamente comprovado pela entidade competente, igual ou superior a 60%;</p> <p>b) A realização de, pelo menos, uma das operações de pagamento enumeradas na subalínea iv) da alínea a) do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, na sua redação atual, a cada 24 meses consecutivos;</p> <p>c) A prestação de informações corretas no que respeita aos requisitos de acesso à conta de serviços mínimos bancários;</p> <p>d) Residência legal na União Europeia, não se tratando de consumidor sem domicílio fixo ou requerente de asilo ao abrigo da Convenção de Genebra de 28 de Julho de 1951, relativa aos Estatutos dos Refugiados e do respetivo Protocolo de 31 de janeiro de 1967, bem como de outros tratados internacionais;</p> <p>e) A utilização da conta de modo não incompatível com as finalidades da lei.</p> <p>3) A Caixa poderá resolver o contrato de depósito com fundamento num dos motivos indicados no ponto anterior.</p> <p>4) No caso de a pessoa singular ser titular de conta de depósito à ordem na Caixa e pretender aderir aos serviços mínimos bancários, a adesão operará através da conversão direta dessa conta em conta de serviços mínimos bancários.</p> <p>5) Caso o titular venha a solicitar a substituição de cartão de débito antes de decorridos 18 meses sobre a data da respetiva emissão, serão devidos os montantes habitualmente cobrados pela Caixa por tal emissão, a menos que a validade do cartão seja inferior a este prazo ou se a causa da substituição for imputável à Caixa.</p> <p>6) Em caso de utilização de serviços não incluídos nos Serviços Mínimos Bancários, serão devidas as comissões previstas no preçário da Caixa.</p>
Fundo de Garantia de Depósitos	<p>Os depósitos constituídos na Caixa beneficiam da garantia de reembolso prestada pelo Fundo de Garantia de Depósitos (Fundo) sempre que ocorra a indisponibilidade dos depósitos por razões diretamente relacionadas com a sua situação financeira.</p> <p>O Fundo garante o reembolso da totalidade do valor global dos saldos em dinheiro de cada depositante, desde que esse valor não ultrapasse o limite de garantia definido na lei. O limite de garantia previsto no n.º 1 do artigo 166.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras é de 100 000,00 €.</p> <p>No cálculo do valor dos depósitos de cada depositante, considera-se o valor do conjunto das contas de depósito na data em que se verificou a indisponibilidade de pagamento por parte desta, incluindo os juros e, para o saldo dos depósitos em moeda estrangeira, convertido em euros, ao câmbio da referida data.</p> <p>A presente informação constitui um resumo do actual Regime de Garantia de Depósitos e não dispensa a consulta da legislação em vigor.</p> <p>Para informações complementares consulte o endereço www.fgd.pt</p> <p>Instituição Depositária Caixa Geral de Depósitos, S.A., designada abreviadamente de Caixa.</p>
Instituição Depositária	<p>Caixa Geral de Depósitos, S.A., designada abreviadamente de Caixa.</p> <p>Caixadirecta (24 horas): 707 24 24 24, 91 405 24 24, 96 200 24 24, 93 200 24 24;</p> <p>Rede de Agências da Caixa.</p> <p>www.cgd.pt</p>
Validade das Condições	<p>Durante a vigência do Decreto-Lei n.º 27 -C/2000, de 10 de março, alterado pela Lei n.º 19/2011, de 20 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 225/2012, de 17 de outubro, pela Lei 66/2015, de 6 de julho, pelo Decreto-lei n.º 107/2017, de 30 de agosto e pela Lei n.º 21/2018, de 8 de maio.</p>